Tribuna da Luta Operária

ANO IV — Nº 111 — DE 28 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 1983

Cr\$70,00

Assembléia decisiva no ABC paulista

Em Vila Euclides metalúrgicos discutem como dobrar intransigência patronal. Pág. 8

Figueiredo é que tem de dar trégua ao povo

A TO ouviu em Brasília vários deputados que pregam uma oposição firme. Página 3

Gaúchos propõem greve nacional contra o arrocho

Numa assembléia estadual conjunta, 8 mil trabalhadores do Rio Grande do Sul aprovaram uma proposta de data para a greve geral em todo o país: 18 de maio. Página 8

"FMI, fora daqui" e "Ou pára o arrocho ou paramos o Brasil foram as palavras de ordem gritadas no protesto da Praça da Sé, São Paulo

Os protestos do dia 22 em todo o país

Cobertura das manifestações do Dia Nacional de Luta Contra o Arrocho em São Paulo, Rio, Minas, Bahia, Goiás, Ceará, Amazonas, Paraíba e Alagoas. Em Brasília o general Figueiredo recusou-se a receber os sindicalistas. Página 5

EDITORIAL

A caminho da greve

Os trabalhadores já têm o dia 18 de maio como referência para o desencadeamento da greve geral contra o arrocho e o desemprego. A decisão, tomada numa assembléia conjunta de várias categorias no Rio Grande do Sul, é fruto de discussões por mais de dois anos e da situação dramática a que foram levados os que vivem do trabalho.

Esgotaram-se os argumentos para convencer os donos do poder. Esgota-se também a paciência dos que produzem a riqueza do país e permanecem na miséria. Urge tomar uma atitude enérgica contra a intransigência do governo. Primeiro foi o decreto-Lei 2.012 do general Figueiredo achatando os salários dos trabalhadores. Agora é a chantagem de eliminar os reajustes semestrais se o Congresso rejeitar o decreto do arrocho.

Em 1979 o governo argumentava que os reajustes semestrais ajudavam a atenuar os conflitos sociais. Agora ameaça cancelá-los. Este mesmo governo havia confessado que os que recebem até três salários tiveram o seu poder aquisitivo diminuído — mas não vacilou em cortar os 10% acima do INPC no seu reajuste salarial. Fica evidente que estas agressões são consequência direta dos compromissos assumidos pelo governo com o FMI para satisfazer exigências dos banqueiros internacionais.

Diante desta emergência é que em todo o país ecoa o grito "ou pára o arrocho ou paramos o Brasil". E atendendo a este anseio os gaúchos aprovaram a greve geral. Mas entre esta decisão e a prática ainda há uma boa distância. Dentro do próprio movimento operário é preciso vencer a passividade de sindicalistas que depositam pouca confiança nas massas. E a propaganda reacionária que certamente será intensificada pelos patrões nas fábricas, e em todos os

meios de comunicação, para amedrontar a população. É preciso vencer também a concepção idealista de que uma greve geral só pode se realizar quando em todos os Estados existirem condições ideais. A experiência histórica ensina que alguns centros operários mais avançados podem servir como detonadores de um movimento de ampla envergadura.

Desde agora, em cada empresa, em cada bairro, os trabalhadores têm a responsabilidade de discutir com seus companheiros e criar as condições organizativas para que o movimento atinja uma grande amplitude.

Responsabilidade maior tem a Comissão Nacional Pró-CUT, de levar a proposta a todo o país e articular-se com todos os setores democráticos buscando solidariedade. As greves destes últimos anos demonstraram com toda clareza que os trabalhadores têm que enfrentar poderosas forças mobilizadas pelo patronato e pelo governo. Por isto mesmo não podem agir isolados. A estreiteza numa batalha de tal envergadura só pode resultar em derrota. Na reunião dos dias 9 e 10 a Pró-CUT tem o dever de colocar-se à altura da exigência dos trabalhadores e assumir a tarefa de atuar como direção unificada do movimento sindical nacional, corajosa e politicamente hábil.

A tentativa de chantagem do governo mostra que é necessário cautela contra possíveis medidas de força que possa tomar.

Fazendo eco aos protestos populares, a oposição criticou duramente o decreto lei 2.012 no Congresso Nacional. Agora os parlamentares têm de levantar a cabeça, repudiar todas as ameaças e derrotar o decreto. Ao mesmo tempo, tomar todas as medidas cabíveis para impedir que se consuma a ameaça governamental de cortar a semestralidade.

A URSS pronta para atacar qualquer ponto do planeta

Depois de abandonar o socialismo, a URSS pôs sua economia a serviço da disputa guerreira com os EUA, ameaçando o mundo. Página 2

O Citibank tira do Brasil 1/5 do que lucra no mundo

É um verdadeiro polvo imperialista, cujos tentáculos se estendem a diversas empresas nacionais e internacionais. Veja na pág. 4

Mulheres de facção na invasão de São José Operário, que engloba 2 mil pessoas

15 mil pessoas ocupam terrenos em Manaus
Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Uma cronologia das invasões que se multiplicam na capital do Amazonas; ocupações de casas pelo povo em Ribeirão Preto e Teresina. Página 5

Um leitor carioca reafirma a correção de nossa matéria do nº 109 sobre o metrô do Rio: ele pifou na inauguração, com Figueiredo e ministros dentro!

fala o POVO

A ofensiva guerreira do social-imperialismo

A cada dia torna-se mais concreta e iminente a eclosão de um holocausto nuclear no mundo. Em meados de março este perigo aumentou enormemente, com o anúncio feito pela União Soviética de que vai instalar mísseis nucleares de meio alcance em algum lugar perto das fronteiras dos Estados Unidos.

Por toda parte voltam as lembranças do episódio da "crise dos mísseis" de 1962, quando o mundo ficou à beira de uma nova guerra mundial, em função da disputa entre Krushev e Kennedy sobre a instalação de mísseis em Cuba.

A escalada soviética para o confronto com os americanos foi anunciada nas páginas do "Pravda" em artigo assinado por Georgy Arbatov, membro do Comitê Central do partido soviético e presidente do Instituto de Estudos sobre os EUA e o Canadá. O artigo apresenta a resposta concreta de Moscou ao plano norte-americano de instalar 104 mísseis Pershing-2 e 464 mísseis Cruise em diversos países da Europa Ocidental até o final do ano.

A capacidade do "primeiro golpe"

Este plano dos imperialistas ianques ganhou novo alento com a vitória das forças de direita nas eleições gerais da Alemanha Ocidental no início deste mês. E como já noticiamos antes (ver T.O. 105), esta instalação de mísseis, que podem atingir seus alvos na URSS em menos de cinco minutos, joga um papel chave na tentativa norte-americana de desenvolver a capacidade de lançar o "primeiro golpe", um ataque nuclear fulminante que elimine qualquer possibilidade de resposta de Moscou.

Ao instalar mísseis próximos a fronteira dos EUA, os soviéticos se esforçam por atingir eles mesmos a capacidade de lançar o "primeiro golpe". Arbatov não especifica se os mísseis vão ser instalados em Cuba, na região do Ártico próximo do Alasca, ou em submarinos que se aproximam do litoral norte-americano. Mas em qualquer um dos casos, o mundo fica mais perto do que nunca de uma carnificina nuclear.

Vejam só a situação: duas potências gigantes rivais, cada uma em condições de destruir a outra várias vezes e tendo como única condição para "sair vitoriosa" apertar o gatilho nuclear

A URSS mostra seus dentes: 7.400 mísseis estratégicos, 10 mil táticos

primeiro. Neste quadro, iniciar rapidamente e o quanto antes a conflagração passa a ser a preocupação dos governantes de Washington e Moscou.

É óbvio que aqui não há lugar para uma guerra nuclear "limitada" como defendem o presidente Reagan e os porta-vozes do Pentágono. E para confirmar, o chefe do Estado Maior soviético, marechal Nicholas Orgakov, declarou ao jornal norte-americano "New York Times", no mesmo dia em que saía o artigo no "Pravda", que um ataque de qualquer membro da OTAN nos levaria a retaliar diretamente contra os EUA e não apenas contra a Europa. Assim, a lógica interna das armas e das respectivas máquinas de guerra das superpotências é implacável: com o início da agressão elas são forçadas a lançar mão do grosso do seu poder bélico nuclear para tentar vencer.

A capacidade de destruição mútua

Os primeiros mísseis nucleares de médio alcance soviéticos começaram a ser instalados em 1950. Em 1962, ela possuía 70 ogivas nucleares estratégicas, contra 2 mil dos EUA. Em 1967 essa relação passou para 900 contra 5 mil; em 1972 já era de 2.500 contra 5.700. No ano passado eram 7.400 soviéticas contra 10 mil dos EUA. Só na década de 60 é que a URSS desenvolveu mísseis capazes de fazer chover bombas de hidrogênio nos Estados Unidos. Em 1970 os ianques e os soviéticos passaram a deter por completo a capacidade de destruírem-se mutuamente.

Dentro deste processo, a União Soviética produziu toda uma linhagem de mísseis, cada vez mais destrutivos, que vai dos originais SS-9, passando pelos SS-11, SS-13, SS-17, SS-18, até chegar aos modernos SS-20, que carregam três ogivas de 150 kilotons e estão apontados fundamentalmente contra a Europa Ocidental. O próprio marechal Orgakov se vangloriou deste desenvolvimento, afirmando no início do ano passado que "nossos mísseis intercontinentais alcançaram tal

As armas soviéticas são usadas contra os interesses dos povos

Abandono do socialismo

Ao analisar o desenvolvimento da gigantesca e monstruosa máquina de guerra da União Soviética, algumas pessoas argumentam que ela é um "mal necessário" para enfrentar a ação agressiva do imperialismo norte-americano. Outros mais descarados chegam até mesmo a afirmar que o poderio bélico soviético é o principal sustentáculo da paz e do socialismo no mundo. Mas uma análise um pouco mais objetiva da realidade revela justamente o contrário. O desenvolvimento do seu aparato bélico e em especial de um poderio nuclear ofensivo, está vinculado exatamente ao período em que a direção da URSS abandonou as posições socialistas e revolucionárias.

A verdade é que durante todo o período entre o término da Segunda Guerra Mundial e o final da década de 50 a União Soviética não desenvolveu nenhum sistema nuclear ofensivo de médio ou longo alcance que pudesse atingir diretamente seus inimigos. Mesmo o desenvolvimento da bomba atômica pela URSS em 1950 foi feito em termos estritamente defen-

precisão e perfeição que podem apear golpes profundos em qualquer parte do mundo".

O poderio bélico é ofensivo

Aqui cabem duas observações importantes. A primeira é que o desenvolvimento do poderio bélico soviético nos últimos 25 anos tomou um sentido marcadamente ofensivo, que nada tem a ver com a defesa contra uma agressão imperialista externa. A segunda é que o grande salto da URSS em termos de desenvolvimento de uma capacidade nuclear ofensiva mais próxima da norte-americana, se dá exatamente no período de 1967 a 1972, quando a sua economia já havia sido convertida no fundamento, ao mecanismo, do lucro capitalista, e os dirigentes de Moscou se lançavam à disputa aberta com os imperialistas por regiões inteiras do globo. Data deste período a invasão soviética à Tchecoslováquia.

Assim, o aparelhamento guerreiro ofensivo da URSS está diretamente vinculado ao surgimento da sua política expansionista. Se juntarmos a este quadro os mais de 700 mil soldados que ela mantém em países estrangeiros como autênticas forças de ocupação (é o caso do leste europeu, do Afeganistão e da Eritreia, entre outros), o caráter imperialista e agressivo da parafernália belicista soviética fica mais do que evidente.

Para montar esta floresta de ogivas nucleares teve que

sivos, para romper com o monopólio nuclear ianque. Não incluía a capacidade de lançar ataques nucleares diretos contra outros países. Não era portanto uma arma "estratégica", para usar a terminologia militar.

Durante este tempo os norte-americanos desenvolveram um farto e variado arsenal nuclear ofensivo apontado diretamente contra a União Soviética Socialista que incluía bombardeiros estratégicos de longo alcance, mísseis intercontinentais e submarinos nucleares.

No entanto ela não se vergou perante a chantagem de Washington e nem recuou um milímetro sequer na sua linha de apoio integral às lutas revolucionárias dos povos, como ficou claro na guerra da Coreia.

Esta só começou a desenvolver um arsenal nuclear ofensivo depois da ascensão do grupo de Krushev ao poder em 1956-57, quando, ironicamente, Moscou passou a defender a linha da "via pacífica para o socialismo" e da "competição pacífica com o imperialismo".

seguir o caminho da militarização capitalista da sua economia. Assim os gastos militares do país consomem hoje 1/3 dos investimentos nacionais, 1/3 da produção da indústria metalúrgica e da produção de maquinaria, bem como 1/7 das fontes energéticas.

Enquanto o Produto Nacional Bruto soviético se arrasta num crescimento lento de apenas dois a três por cento ao ano, os gastos militares aumentam duas vezes mais rápido. E com o confronto cada vez mais a vista, estes gastos só tendem a aumentar. De 10,7% em 1979, os gastos militares hoje já atingem de 12% a 14% da produção nacional global. É claro que isto só agrava a recessão na economia, que tanto tem alarmado Andropov...

URSS não é pela paz

Com tudo isto, fica mais do que claro que a União Soviética de hoje não pode ser considerada uma aliada na luta patriótica e pela paz. Muito pelo contrário. São precisamente ela e os Estados Unidos que arrastam o mundo para a guerra, em sua disputa pelo controle global. Em 1962, quando esta disputa estava apenas começando, Krushev capitulou vergonhosamente perante Washington. Hoje com sua gigantesca engenhoca guerreira pronta para entrar em ação, a perspectiva de confronto se agudiza. Só os povos podem impedir a hecatombe, tomando em suas mãos a causa da paz, da liberdade e do progresso social. (Luís Fernandes)

As manifestantes desarmadas são abatidas pelas metralhadoras dos sionistas.

Beguín derrotado no parlamento de Israel

No último dia 22 o primeiro-ministro de Israel, Menachem Beguín, sofreu uma série de derrotas no Parlamento: o candidato da oposição, Haim Herzog, foi eleito presidente do país. Menachem Elon, candidato de Beguín, não conseguiu sequer a totalidade dos votos da coligação governamental — que lhe bastaria para garantir a vitória.

A crise política continua agravando-se em Israel. A nova derrota de Beguín poderá forçá-lo a antecipar as eleições no país. Beguín tem 64 dos 120 parlamentares israelenses. Mas cinco dos deputados governistas votaram em Herzog, e outros dois abstiveram-se. O ministro da Agricultura, Michael Dekel, desabafou: "Isso prova que a coalizão governamental não está funcionando bem e demonstra a necessidade de antecipar as eleições. Beguín confessou: "O que aconteceu foi triste". Mas não aceita antecipar o pleito.

A derrota de Beguín não significa uma mudança radical. Não foi a vitória de uma alternativa progressista à ação reacionária sionista. Pelo contrário, o presidente eleito, do Partido Trabalhista, é um social-democrata comprometido até à medula com o sionismo. Participou de ações militares e terroris-

tas contra os palestinos. Pertenceu à política secreta sionista e, como general de Israel, após a guerra de 1967 (comandada pelo Partido Trabalhista), foi o primeiro governador militar da Cisjordânia ocupada.

A atual crise israelense tem na sua origem a situação conturbada do Líbano. A resistência palestina e libanesa contra a ação mercenária de Israel, a serviço dos Estados Unidos, continua. No dia 21 o comandante das operações militares da Organização de Libertação da Palestina, Abu Jihad, ordenou a intensificação dos ataques a unidades militares israelenses no Líbano, Cisjordânia e Gaza.

Ao mesmo tempo, continuam em Beirute as ações do exército de Israel contra a população. A truculência dos sionistas é tamanha, que eles têm se lançado até contra as tropas aliadas, dos Estados Unidos. Isso já motivou, inclusive, o protesto do comandante do Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano, general Robert Barrow, que acusou-o de ameaçar o contingente ianque "com incidentes calculados, orquestrados e desencadeados com obscuros objetivos políticos".

Mas a sanha assassina dos sionistas expande-se mesmo é contra o povo: uma manifestação pacífica de mulheres e crianças foi dissolvida a tiros de metralhadoras pelos soldados de Israel. Cinco delas foram feridas nas pernas.

Grave crise política no governo Mitterrand

Atingida em cheio pela crise econômica, a França de Mitterrand é sacudida agora também por uma grave crise de governo. Para pôr em prática o programa de severa austeridade, o regime dito socialista anunciou na terça-feira uma ampla reforma ministerial. Este foi o desfecho imediato de uma situação crítica que se abriu com a derrota das forças governistas nas eleições municipais do início deste mês.

A queda da popularidade dos governantes franceses deve-se ao completo fracasso de sua política. Quando Mitterrand tomou posse, há dois anos, ele iniciou com grande alarde uma política expansionista, diametralmente oposta à linha de recessão ditada ao mundo pelos EUA. Mas preso por mil laços ao grande capital norte-americano, as iniciativas de Mitterrand não foram longe.

A dívida externa francesa subiu para 20 bilhões de dólares. A inflação disparou, atingindo a taxa de 10% ao ano, que é bastante elevada para a Europa. O déficit na balança comercial chegou a 14 bilhões de dólares no ano passado e quanto ao desemprego, pulou de 7,2% para 8,9%.

O chanceler francês, Claude Cheysson, reconheceu em entrevista ao jornal americano "Washington Post" que a tentativa pseudo-socialista de reativa-

Mitterrand: mãos estendidas aos EUA.

ção da economia francesa foi "um fracasso". E concluiu que a recessão e outros problemas só podem ser superados com um "esforço comum internacional que conte com o apoio total dos Estados Unidos".

Mas ao contrário do que pensa Cheysson, a experiência francesa deu errado justamente por não ter nada de socialista, exceto o nome. Nos marcos do capitalismo não há como fugir da crise.

Padres censuram visita do Papa a ditadores

A peregrinação do Papa João Paulo II pela América Central continua repercutindo nos meios religiosos. Na França, no último dia 22, foi divulgada uma carta assinada por 31 padres fundando a **Fundação Maurício Graciano**. Eles criticam ainda o Sumo Pontífice por não lutar em entrevistar-se com os sanguinários ditadores Efraim Rios Montt, da Guatemala, e Baby Doc e Jean Claude Duvalier, do Haiti.

Deputados contestam falsa trégua

A proposta de "trégua" do general Figueiredo está sendo encarada por expressivos setores da oposição como uma verdadeira afronta à luta do povo brasileiro. A partir do discurso de Alencar Furtado, dia 11, sucedem-se os posicionamentos de congressistas neste sentido. Afinal — argumentam eles — desde o golpe de 1964 o regime não dá tréguas ao povo.

O secretário-geral do PMDB, deputado Francisco Pinto, da Bahia, é um dos que adotam uma postura firme diante dos acenos indiscretos do regime militar. "Que autoridade tem o presidente da República para solicitar essa trégua — indaga Pinto — quando ele não tem condições hoje de decidir nada neste país, que, na verdade, tem seu governo real plantado nos Estados Unidos?" E complementa: "As oposições aprenderam durante anos que quando um governo está enfraquecido e desmoralizado pela corrupção e pelos escândalos, como está esse aí, o papel da oposição não é negociar com ele, mas sim ajudar a desgastá-lo para apressar seu fim. Esta é a tarefa histórica da oposição e nós pretendemos cumpri-la".

Chico Pinto: "É a nossa tarefa histórica"

pode falar em trégua com uma Lei de Segurança Nacional que prende e condena jornalistas e intimida toda a nação".

O deputado Aldo Arantes, do Bloco Popular de Goiás, considera que "a trégua que o general Figueiredo propõe é de mão única, ele não pretende dar trégua ao povo, pois aprofunda o arrocho salarial com o Decreto-Lei 2.012, a desnacionalização da economia com a ida ao FMI e as medidas antidemocráticas com a condenação e prisão de jornalistas. Depois de tudo isso ainda fala em trégua? O povo não aceita essa falsa trégua e vai lutar até o fim, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e

soberana, por eleições diretas para presidente da República e pela revogação da Lei de Segurança Nacional. Isso, no entanto, só será conquistado com uma ampla mobilização popular e com a articulação dos setores mais combativos das oposições para reagirem à altura aos acenos de conciliação com esse regime" — argumenta Aldo.

Embora alguns governadores eleitos pelas oposições tenham dado demonstrações de apoio à proposta de Figueiredo, grande parte da bancada federal do partido manifesta publicamente seu constrangimento com essa postura conciliadora. O deputado Renan Calheiros, de Alagoas, alerta inclusive para o perigo que uma indefinição política pode causar à unidade oposicionista: "O PMDB não pode ceder à visão administrativa dos governadores eleitos e enveredar gratuitamente nessa trégua acenada pelo regime militar. Esta é uma proposta unilateral e de capitulação".

Para Calheiros, "os deputados mais combativos precisam se organizar para defender a necessidade de que o partido fale um idioma comum, por que, se continuar cada um falando a sua linguagem, garantindo espaço para a conciliação, amanhã será difícil até a própria manutenção do PMDB".

"O ideário político da oposição não comporta isso"

O vice-líder Haroldo Lima, da Bahia, tem sido dos mais vigorosos defensores de uma manifestação oficial do PMDB sobre o assunto. "Há duas maneiras de encarar essa proposta de trégua — diz ele. A primeira é que ela é uma proposta indefinida, insubstancial e imprecisa. A outra é que já existem iniciativas governamentais, que compõem um clima geral de busca da conciliação em pleno curso, e é sobre elas que o PMDB precisa se pronunciar".

"Há anos — raciocina Haroldo Lima — que o nosso partido vem sustentando uma luta pela democracia plena em nosso país, que conduza a uma Assembleia Constituinte, que leve à conquista das mais amplas liberdades políticas, aos plenos direitos dos trabalhadores, a uma melhor distribuição da riqueza, à defesa da soberania nacional agredida pelo imperialismo e a eleições diretas em todos os níveis. Estas lutas constituem sumariamente o ideário político do PMDB e elas não comportam trégua. O PMDB precisa respeitar esse ideário e seu compromisso com a democracia. A trégua que a nação deseja é a total e plena democratização do país" — concluiu Haroldo Lima. (Moacyr de Oliveira Filho, Brasília).

Freitas Nobre, líder do PMDB: contra conluios com o sistema.

"Que ninguém se iluda"

Depois de consultar o colégio de vice-líderes do PMDB, o líder do partido na Câmara Federal, Freitas Nobre, fez na quarta-feira da semana passada um pronunciamento manifestando a posição oficial do Partido, diante da atual conjuntura política nacional e da proposta de trégua irronicamente acenada pelo general Figueiredo e pelos políticos do PDS. Eis os principais trechos do discurso:

"Que ninguém se iluda quanto à consciência que têm as oposições relativamente à nossa realidade política e ao caminho áspero que ainda temos a percorrer, até alcançarmos a normalidade constitucional que nos permitirá construir a pátria dos nossos sonhos, livre dos arbítrios de qualquer natureza, dos golpes de força, dos pesadelos que fazem a violência oficializada sobrepor-se ao direito e que permitem que os artificios do dia-a-dia substituam os ditames da lei e da justiça.

"Não se julgue que o PMDB, pelo fato de ter governadores e prefeitos nos grandes Estados e nas grandes cidades do País, possa comprometer seu passado de resistência democrática, concluindo-se com o poder central, macomunando-se com o sistema, comprometendo-se com os erros, a fraude, a corrupção e assumindo compromissos de gerenciar a crise que foi ampla e seguidamente advertida pelos representantes oposicionistas durante todo este ciclo de governo.

"Aqueles que porventura agirem em contradição com o programa e os compromissos assumidos pelo partido terão, mais que as punições partidárias, a condenação da opinião pública e, assim, a mais pesada de todas as condenações, a condenação da história.

"Se existe hostilidade e se a trégua é proposta, não somos nós os que devemos ensarilhar as armas da crítica e aceitar a submissão e a humilhação do silêncio, quando a nação mergulha no caos econômico e financeiro.

"A trégua significando silêncio, omissão da crítica que é dever da oposição, equivale a uma fuga à obrigação de denunciar, o que significaria traição aos que nos conduziram a esta Câmara e fraude ao compromisso com a pátria e suas maiores causas".

"A verdade é que não houve qualquer colocação concreta e é preciso que se diga e repita que o PMDB não está negociando, mesmo porque negociação não teria sentido sem os pontos concretos para exame e a segurança de que houvesse eficácia em seu resultado.

"Não negociamos com as conquistas dos trabalhadores, especialmente agora, quando o governo faz nova e grave ameaça à revisão semestral dos salários. Ai estão os estudantes querendo recuperar a legitimidade do seu órgão nacional — a gloriosa UNE — sem que o governo os ouça na justa reivindicação. Ai estão os trabalhadores reclamando, ao lado da valorização dos salários corroidos pela carestia, o direito de greve.

"No tratamento político da crise, não nos excluiremos do dever de contribuir para que a solução venha sempre através de uma fórmula democrática que preserve os direitos humanos, a liberdade de expressão e a estrutura pluripartidária e que permita desaguar nas eleições diretas em todos os níveis, legitimando o poder e permitindo que a nação se reconstrua na paz do trabalho e na esperança de uma nova sociedade justa e fraterna".

Saturnino: também solidário

Trabalhadores e democratas estão com a Tribuna

Abaixo-assinado com 83 assinaturas de trabalhadores e parlamentares, encabeçado pelo senador Saturnino Braga, manifesta-se no Rio de Janeiro contra a ameaça de uso da "Iníqua Lei de Segurança Nacional" contra a Tribuna Operária.

"Existe já a Lei de Imprensa, injusta e draconiana. Mas não basta aos desígnios de sobrevivência da tirania agonizante. Recorrem por isso à Lei de Segurança, exemplo típico da exceção e do espírito ditatorial. Por tudo isso a consciência jurídica e democrática do país repele os processos contra os jornalistas Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily e Pedro de Oliveira" — afirma Antonio Mariz, ex-candidato do PMDB governador da Paraíba, numa calorosa declaração de solidariedade.

"As ameaças são mais uma investida contra a liberdade de imprensa, que nós, eleitos democraticamente pelo voto popular, temos por dever rejeitar" — declaram em nota conjunta 20 vereadores de Fortaleza, inclusive Flávia Gomes, presidente, e Narcílio Andrade, secretário da Câmara.

"Tornamos pública a nossa solidariedade aos companheiros jornalistas atingidos pela arbitrariedade desta medida. Entendemos que somente com a presença e a luta de órgãos como este, que atuam como porta-voz do povo, podemos ter esperança numa mudança que nos conduza de volta à democracia" — sublinha Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas.

"A luta contra o arbítrio e as leis de exceção não é para nós apenas um ponto de nosso programa, mas sim inarredável tarefa, na qual todas as forças democráticas devem estar firmemente empenhadas" — diz a nota do Diretório do PMDB do Rio Grande do Sul, assinada pelo seu secretário geral João Brusa Neto.

No mesmo Estado, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, na pessoa de seu presidente, Jair Lima Krischke, protesta, veemente, contra a nova tentativa de ataque ao jornal Tribuna Operária. Exigimos — agrega — como imperativo de justiça, a imediata revogação da Lei de Segurança Nacional, sem o que não se pode falar em real e verdadeira abertura democrática".

"Queremos dizer que o que fere a Segurança Nacional são as multinacionais estrangeiras que roubam nossas riquezas, que exploram selvagememente o suor e o sangue dos trabalhadores brasileiros. Insegurança nacional são as prisões arbitrárias, as torturas, os assassinatos de tantos inocentes, de tantos patriotas e líderes populares e democratas". O texto desta vigorosa moção de solidariedade leva a assinatura de 41 personalidades e entidades, entre as quais o deputado federal Dante de Oliveira, os dez vereadores do PMDB de Cuiabá e outros parlamentares, Edivaldo José da Silva, presidente da FETAGRI, entidades sindicais, estudantes e de bairros matogrossenses.

Mário Frota, Amazonas, Aldo Arantes, Goiás, Renan Calheiros, Alagoas, e Haroldo Lima, da Bahia: os mais combativos devem se organizar

Vereador ameaçado pela LSN não está só

Dezenove dos 21 membros da Câmara Municipal de Goiânia, inclusive um do PDS, assinaram terça-feira uma nota em defesa do mandato do vereador Euler Ivo, do Bloco Popular do PMDB, ameaçado pela Lei de Segurança Nacional. O documento sublinha que "uma agressão ou tentativa de desmoralizar qualquer membro deste poder atingirá o mesmo como um todo".

A nota desmente a estória fantasiosa, divulgada por uma agência de notícias, de que Euler teria pisoteado e rasgado um retrato do general Figueiredo,

durante a posse de Daniel Borges na Prefeitura de Goiânia.

Os 13 vereadores que presenciaram o episódio do retrato também desmentiram esta ver-

são ao deporem na Polícia Federal. Testemunharam "que em clima de euforia e festa, dezenas de pessoas indicaram o quadro do presidente Figueiredo afixado na parede pedindo sua retirada. Estando mais perto o vereador Euler Ivo retirou o quadro, colocando-o sobre a mesa. Posteriormente o mesmo foi colocado sob a mesa. O vereador Euler Ivo não quebrou o quadro, não rasgou o retrato nem tampouco proferiu qualquer pronunciamento na ocasião, contra qualquer autoridade". E o próprio superintendente da Polícia Federal em Goiânia afirmou que "faltam provas no inquérito instaurado contra o vereador Euler Ivo capazes de elevá-lo ao nível de processo — conforme informou o vereador Geraldo de Souza, líder da bancada do PMDB na Câmara Municipal.

A MANOBRA NÃO DEU CERTO

Também no plano político, a manobra para isolar Euler Ivo não surtiu efeito. Até o vereador José Eduardo, eleito pelo PDS, declarou em discurso que "além das notícias serem falsas, visam agredir a pessoa do vereador Euler Ivo e a todo o Legislativo. Por isso — agregou — lutaremos unidos em defesa dessa casa.

Euler Ivo (à direita) com Iris Resende: versos contra a violência

Não admitiremos qualquer agressão a essa casa, temos de agir unidos. Hoje a vítima é Euler, amanhã poderá ser qualquer um de nós".

Na Assembleia Legislativa de Goiás foi aprovada uma moção de solidariedade, apresentada pelo deputado Ronaldo Jayme, que também pede o fim da Lei de Segurança Nacional. Os deputados Ivan Ornelas, José Elias Maguito Vilela, Manoel Mota, Daniel Antonio, Eurico Barbosa, entre outros, rejeitaram com vigor a tentativa de denegrir o nome de Euler Ivo.

O vereador ameaçado em seu mandato, por sua vez, divulgou na terça-feira uma "Carta ao Povo de Goiânia", denunciando a manobra de que foi vítima. Euler afirma que a publicação de mentiras contra a sua pessoa visam "coibir minha atuação ao lado do povo pobre e por extensas a atuação de meus colegas progressistas, nacionalistas e populares". A carta finaliza citando o poeta Bertold Brecht: "Do rio revoltado que tudo arrasta se diz violento. Mas não se dizem violentas as margens que o oprimem". (da sucursal).

Começará em abril Campanha Karl Marx

Tribuneiros de 17 Estados brasileiros, reunidos nos dias 19 e 20 em São Paulo, decidiram lançar no próximo dia 21 de abril uma grande campanha de massas, de sustentação e reforço da Tribuna Operária. A campanha levará o nome de Karl Marx, homenageando, no ano do centenário de sua morte, o grande teórico do movimento operário revolucionário.

O encontro da Tribuna transcorreu num clima de vibração, unidade e elevada consciência de que hoje, mais do que nunca, os operários e o povo em geral nada terão sem lutar também no plano das idéias. O relatório dos Estados mostrou que, no quadro atual, o crescimento da TO é tanto possível como necessário.

A meta central da Campanha Karl Marx será o aumento das vendas do jornal, visando atingir 50 mil exemplares por semana até o dia 20 de junho. Para isto a Tribuna contará, como sempre, com a colaboração voluntária e consciente dos trabalhadores, dos tribuneiros, que são o principal meio de circulação do jornal em todo o país.

Outro objetivo será arrecadar 5 milhões de cruzeiros para sustentar materialmente a TO. E também aqui a campanha dependerá dos tostões suados e sofridos das massas do povo, já que não conta e nem pretende contar com o gordo dinheiro dos anúncios e dos favores do governo. Um terceiro ponto será conseguir 5 mil assinantes.

O encontro sublinhou ainda a necessidade de fazer a Tribuna Operária penetrar cada dia mais a fundo em sua classe; ali onde vivem e trabalham os operários, que são a própria razão de ser do jornal.

Comissão para ganhar tempo

Proposta pelo PTB, com adesão imediata do PDS, instalou-se terça-feira no Senado uma comissão especial para "revisar", em 90 dias, a Lei de Segurança Nacional. Enquanto os senhores senadores parlamentarem, continuarão os inquéritos, os processos, as prisões apoiadas na LSN.

Com isso o governo quer ganhar tempo. Abrandar a grita geral contra a LSN. E manobrar, remendando um ou outro ponto da Lei (como já fez Geisel em 1978) sem bulir no conteúdo fascista, apoiado na "doutrina da segurança nacional".

Há quem caia nessa. Afinal, dizem, a Nação precisa ter meios legais de defesa. O argumento, porém, é oco. Por sua origem, espírito e utilização, essa lei evidentemente não tem nada a ver com a defesa nacional. Visa, sim, a segurança do regime militar autoritário de 1964, por sinal o mais vende-pátria desde o tempo dos vice-reis.

Por isso não há democrata coerente que abra mão da luta para revogar a LSN. O Brasil já viveu sem Lei de Segurança, e muito melhor do que hoje. E ainda vai jogá-la no lixo.

Citibank extrai maior parte dos lucros no Brasil

Enquanto o Brasil se arrebenta, o Citibank fica cada vez mais rico. Pelo seu relatório divulgado há dias, em 1982 o truste norte-americano arrancou do Brasil 20% dos seus lucros em todo o mundo. E o banco atua em mais de 100 países, com 500 agências.

Os dados do relatório assustam. Excluindo as operações do banco no próprio mercado norte-americano, os lucros no Brasil chegam a 36% do total. Ou seja, mais de um terço do lucro do Citibank com suas operações externas é obtido aqui. E mais: apesar da crise, estes lucros cresceram 50% acima da inflação brasileira.

Chega a tal ponto a política de portas abertas do regime militar de Brasília que — segundo o jornal londrino *Financial Times* — a taxa de lucro das operações realizadas pelo City no país é cinco vezes maior que no resto do mundo!

UM "ANO DE OURO"

Hoje, o Brasil já deve ao Citibank mais de 5 bilhões de dólares. Seu poder é tão grande que compra até funcionários estatais: o Sr. Mário Henrique Simonsen, um dos campeões do entreguismo, ex-ministro de vários governos militares, é um dos seus diretores. Apesar de não ter cargo no governo atualmente, manda mais do que muitos ministros. Foi um dos articuladores da maxidesvalorização do cruzeiro.

Para o Citibank, 1982 foi no Brasil um "ano de ouro". Pela primeira vez suas agências locais ultrapassaram o Bradesco. Ele se tornou o maior banco que atua no país, pela quantidade de empréstimos efetuados. Suas ramificações em outras empresas são tantas que é difícil fazer uma relação completa. Além de atuar com este nome, também domina o grupo Crefisul, a FNC Participações e várias outras.

Toda essa estrutura gigantesca parece engordar com a crise. Enquanto as firmas nacionais enfrentam recessão e

Simonsen, um mercenário a soldo do poderoso banco

concordatas, o banco americano cresceu 11% ao ano em 1981 e 1982.

O POLVO IMPERIALISTA

O Citibank é um reflexo do estágio imperialista do capitalismo. Representa um grau elevado de concentração da economia. Está entre os três maiores grupos financeiros do mundo. Nele o capital industrial e o bancário estão entrelaçados. Basta ver a composição de seu Conselho de Administração: um dos principais executivos é o Sr. Clifton C. Garvin Jr., que é também o poderoso chefe da Exxon (Esso), maior companhia industrial do mundo, com faturamento equivalente ao produto bruto da Argentina. Outro é o Sr. Peter Grace, dono da Grace Company, um poderoso truste de química. Também está no Conselho de Administração o sr. Army Houghton, alto executivo da Corning Glass, talvez o maior monopólio mundial do vidro e sílicio.

Na fase imperialista, a economia é dominada pelas grandes potências. Dentro destes países um pequeno grupo — uma oligarquia financeira — segura as rédeas da economia. Na outra ponta de uma destas rédeas está hoje o povo brasileiro.

Pernambucanos exigem respeito ao Legislativo

O combativo deputado da tendência popular do PMDB de Pernambuco, Luciano Siqueira, pronunciou um discurso na Assembléia Legislativa do Estado, comentando a posse do governador Roberto Magalhães, eleito pelo PDS. O discurso refere-se à importância das eleições diretas, mas destaca que o governador não está comprometido com os interesses populares.

"Quem esperava ouvir do novo governador uma palavra clara e uma proposta inovadora de solução para os principais problemas que afligem o povo pernambucano — disse ele — frustrou-se."

"O Estado de Pernambuco abate-se em aguda crise econômica e social, envolvendo seus setores produtivos mais importantes e o comércio, com seríssimas repercussões sobre a vida do povo. A recessão atinge todo o aparelho produtivo do Estado. O produto interno bruto, que cresceu 7,8% em 1978 caiu para uma taxa de -3,8% em 1981."

GOVERNADOR IGNORA A CRISE

"O quadro tende a se agravar tanto mais quanto se aprofunda a crise econômico-financeira nacional, da qual a situação de Pernambuco é parte. No entanto, o governador falou em "reduzir os desníveis inter-regionais", "manter a continuidade do desenvolvimento de Pernambuco através do estímulo aos setores produtivos", falou em "aplicação de recursos", "esforço de industrialização, e prioridade para a execução de obras de alcance social imediato"... Apenas não disse como realizará seus intentos, no quadro recessivo atual. Fica a nítida impressão de que o governador preferiu ignorar a crise. E mais: alimenta a ilusão de que será possível promover o real desenvolvimento de Pernambuco nos marcos da atual política econômico-financeira em vigor no país!"

"Chamo a atenção para outro aspecto do discurso do governador: a ausência de qualquer compromisso explícito com o povo trabalhador de Pernambuco, justamente a parte majoritária da população sobre a qual recaem as maiores consequências da crise. O povo pernambucano, infelicitado por uma brutal concentração da renda: 58% da população não recebe salário ou ganha até um

Luciano cobra do governo respeito ao povo

salário-mínimo! O povo pernambucano atormentado pelo desemprego, que na Grande Recife, em maio de 1981 já atingia 62 mil pessoas e cresce a nível assustador neste começo de 1983.

"O povo pernambucano cobra, melhor dizendo, exige do novo governador um compromisso — o de respeitar seu sagrado direito de expressar livremente seus anseios e suas reivindicações, organizar-se e ir à luta pelos seus direitos. Esperam que o governador de hoje não leve à prática as concepções manifestadas pelo candidato de ontem, que confiou em entrevista à revista *Veja* que não vacilaria em botar a polícia na rua "para manter a ordem", mesmo sabendo que uma bala perdida poderia matar uma criança!"

"O sr. Roberto Magalhães afirmou ser "sua prioridade absoluta" o "aperfeiçoamento das instituições democráticas". A meu ver, isso implica necessariamente no respeito ao Poder Legislativo e à vontade popular expressa através do voto. E isto S. Exa. não praticou quando resolveu submeter a indicação do novo prefeito do Recife à antiga Assembléia, fazendo aprovar a indicação na legislação passada, num flagrante desrespeito a esta Casa e à própria bancada atual do seu partido, o PDS."

Luizão, saído do movimento popular para a AR da Freguesia do Ó

A democracia nas regionais da cidade de S. Paulo

Os 17 administradores regionais do Município de São Paulo, designados pelo novo governo municipal peemedebista de Altino Lima, assumiram seus cargos na semana passada. A Tribuna Operária esteve com alguns deles e ouviu seus planos para as Administrações Regionais — cuja população é superior à de 99% dos municípios brasileiros.

O jovem engenheiro Luiz Paulino ainda não parecia acostumado com o cargo de administrador regional da Freguesia do Ó, na noite da segunda-feira em que tomou posse. Ele tem experiência de luta sindical (foi delegado da sua categoria nos dois últimos Encontros das Classes Trabalhadoras de São Paulo), dos movimentos de bairro da Freguesia, da campanha eleitoral de 1982 — sempre na oposição.

Agora, recai sobre Luiz — o Luizão, como o povo o conhece — a responsabilidade administrativa por uma Regional com 57 mil quilômetros quadrados e nada menos que 800 mil habitantes — equivalente a de Goiânia ou Manaus. Mais de 100 mil desses moradores habitam as 350 favelas da região, onde a mortalidade infantil chega a atingir em certas áreas uma em cada dez crianças nascidas vivas. O número de analfabetos ultrapassa 75 mil.

Mas se Luiz Paulino ainda não acostumou-se com o cargo, fala com segurança sobre a maneira de enfrentar os problemas. Antes mesmo de ser indicado, ele reuniu-se com dezenas e dezenas de associações de bairro e outras entidades representativas da comunidade local. Discutiu planos para a urbanização das favelas, para a questão dos transportes, dos postos de saúde municipais, do esporte e lazer, da educação e cultura.

Luiz tem consciência das limitações de sua administração, da falta de recursos, etc. Mas destaca que a Administração Regional, que sob

o PDS "era um quartel-general contra o povo, agora é um quartel do povo. Não é mérito meu — acrescenta —, de um grupo ou algum parlamentar; é mérito do mesmo povo que há três anos era espancado pelos capangas do Maluf, e que em 15 de novembro votou contra o governo".

Entre as prioridades da nova administração está o apoio à criação de um Conselho popular; "um órgão independente, sem ser capacho de ninguém", agrupando todas as forças vivas da Freguesia do Ó, todas as entidades, sem restrição. Isto segundo Luiz "garantirá que a gente possa sair destes quatro anos não só com uma boa administração mas com um saldo de organização política do povo muito maior".

MÁQUINAS SEM PNEUS

Vizinha à Freguesia fica a Região Administrativa de Pirituba e Perus, que está a cargo do professor e advogado Milton Santos, há 17 anos na região. Sua primeira surpresa desagradável foi com o estado das máquinas da AR: "A máquina usada para limpeza de córregos, por exemplo, está há seis meses na oficina, e sem previsão de conserto".

Também ele está preocupado com a máxima participação popular na administração, mais ainda devido às dificuldades da crise, que não foram os governos de oposição que criaram, mas que eles terão de agüentar. "Quem não tiver o povo colaborando — diz — vai estar perdido".

Ari Simoneto Pereira, pequeno comerciante que assumiu a Regional do Butantã, aponta outra limitação das ARs — "a pouca autonomia como poder público; elas não apitam no modelo econômico, político, habitacional...". Criadas em 1966 para promover a desburocratização, terminaram apenas descentralizando a burocracia. Mas também no Butantã está na ordem do dia a procura de formas de garantir a participação popular.

Gaúchos e paranaenses querem eleições municipais

No Rio Grande do Sul, a nomeação do prefeito da capital pelo governador do PDS, Jair Soares, com o apoio do PDT, dividiu o partido brizolista. No Paraná, 12 municípios estão proibidos de realizar eleições para prefeito, por decreto da ditadura militar. Nesse Estado, uma entidade foi criada para lutar pelas eleições municipais.

Desrespeitando dois terços da população de Porto Alegre, que votou contra o PDS, o novo governador gaúcho indicou o vereador João Dib, do partido dos generais, para a prefeitura da capital. O prefeito escolhido está comprometido, conforme o vereador Caio Lustosa, do PMDB, "com o sistema autoritário e com este modelo centralizador e voltado para as minorias privilegiadas".

O PMDB não vai apoiar a indicação, pois segundo o deputado Carrion Júnior, "este vereador foi o autor da lei que transformou 3.200 funcionários contratados pela CLT em funcionários públicos". Concordando, a vereadora Jussara Cony destaca: "o PMDB tem compromisso com o povo e não com acordos. O PMDB não pode aceitar o nome indicado, por seus compromissos com o regime e o empreguismo".

Mesmo assim o vereador João Dib, tido como ligado à FEP, poderá ser aprovado pela Assembléia, pois o PDT, num flagrante desrespeito à sua bancada municipal, decidiu apoiar a indicação

feita por Jair Soares. O líder do PDT na Câmara Municipal, Elói Guimarães, se posicionou "pelas eleições diretas para a prefeitura". Mas a direção estadual do partido resolveu apoiar o prefeito do PDS. Comenta-se que houve um acordo de cúpula. O PDS aprovou o prefeito do PDT no Rio de Janeiro e em troca o PDT dá o aval para um pedessista em Porto Alegre.

ELEIÇÕES NO PARANÁ

No Paraná, quase 1 milhão de eleitores ainda estão privados do direito de eleger seu prefeito. O deputado Gernote Kirinus, primeiro-secretário da Assembléia Legislativa, conclamou a população a lutar pela devolução da autonomia aos municípios da faixa de fronteira e da capital. Segundo o parlamentar, "está na hora de nos aliarmos ao Conam — Comitê Nacional pró-Autonomia Municipal —, e apoiar seu lema: 'Queremos Justiça. Queremos votar'".

Kirinus informou que 100 mil volantes de mobilização pela eleição dos prefeitos estão sendo distribuídos pelo diretório paranaense do Conam. O órgão congrega líderes políticos e dirigentes comunitários "que lutam contra esse quisto do arbítrio que nos impede de exercer o direito democrático de voto". O deputado denuncia que a prática dos feitores municipais "é abuso e corrupção, a opressão e a perseguição política".

(das sucursais)

Gráficos vão às urnas em Fortaleza

No próximo dia 31 ocorrem as eleições para a diretoria do Sindicato dos Gráficos de Fortaleza, quando a categoria terá a oportunidade de renovar a sua entidade, tirando-a das mãos dos imobilistas. A entidade é controlada há 19 anos por diretorias que nada fizeram, nem mesmo construir uma sede própria e dar assistência jurídica e médica. Ninguém sabe para onde vai o dinheiro dos associados.

Os patrões, aproveitando-se da omissão da diretoria do Sindicato, cometem grandes abusos. A maioria das gráficas são insalubres e os

salários são os mais baixos. No dia 7 de fevereiro, Dia Nacional do Gráfico, os patrões obrigaram os operários a trabalharem e no carnaval roubaram várias horas de serviço. Tudo com a aprovação da atual diretoria, segundo denúncias da Chapa 1, de Oposição. Cientes do descontentamento da categoria, os pelegos já se preparam para fraudar as eleições. Recusaram-se a ceder a lista dos sindicalizados e conseguiram impugnar o nome do presidente da chapa oposicionista, Damasceno.

(da sucursal)

A posição do PMDB do Rio quanto a Brizola

No dia 18 de março o Diretório Regional do PMDB do Rio de Janeiro realizou sua primeira reunião desde a incorporação do PP ao PMDB. A polêmica central se deu em torno de qual a posição a assumir em relação ao governador Leonel Brizola, sendo aprovada a proposta de Arlendon Pedro, membro do Diretório. Ela diz que "em relação à situação estadual partimos do reconhecimento de que a eleição de Brizola expressa a insatisfação popular com o regime e o desejo de ampla mudança na situação. O PMDB-RJ, fiel à sua proposta de unidade de todos os democratas para conquistar um regime de liberdades que asse-

gura a independência nacional e melhores condições de vida ao povo, persistirá na busca da unidade, prestando assim apoio a todas as iniciativas do governo Brizola que atendam os reclamos populares e aos objetivos da luta pela democracia. Mas mantém sua liberdade de crítica e sua independência partidária".

Alguns setores do PMDB ofereceram resistência a essa orientação. Nomeadamente pessoas vinculadas ao ex-governador Chagas Freitas e a ex-deputada Heloneida Studart. A reunião aprovou também deflagrar uma campanha pela eleição direta para presidente da República.

(da sucursal)

Empresa processa sindicalista gaúcho

Em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, a empresa João Manfrói & Cia Ltda. está processando o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário, Edvino Plizzari, por "acirrar o relacionamento patrão-empregado". Há tempos o Sindicato vem lutando contra as atrocidades da empresa e 95% de suas denúncias foram confirmadas por perícia do Ministério do Trabalho. Mas isso não bastou para que a empresa cumprisse, ao menos, as leis trabalhistas.

Agora os patrões estão processando Plizzari na Delegacia de Polícia, no Fórum local, e também na Polícia Federal, solicitando que o sindicalista seja encarcerado por um período de seis meses a dois anos devido à sua falta de prudência". Em resposta à ação da "João Manfrói", vários funcionários e ex-funcionários deram entrevistas à imprensa confirmando as denúncias do Sindicato e solidarizando-se com seu presidente.

(da sucursal de Caxias do Sul)

Daniel Gomes (de barba), o novo presidente da entidade

Festa na posse dos têxteis da Bahia

Com uma grande chopada, tomou posse no dia 18, no Clube da Engenharia, a nova diretoria do Sindicato dos Têxteis da Bahia, retomado agora das mãos dos pelegos. Antes ocorreu uma posse administrativa na Delegacia Regional do Trabalho já que os pelegos haviam trancado a

sede do Sindicato e carregado a chave. Daniel Gomes, o novo presidente da entidade, reafirmou o compromisso dos diretores empossados de transformarem a entidade num instrumento de luta da classe. (A foto de Daniel Gomes foi trocada na edição passada).

(da sucursal)

Agravada a situação do jornalista preso

Agravou-se a situação do jornalista Juvêncio Mazzarollo. Esta semana o procurador do Ministério Público Federal, Péricles Pacheco, entrou com pedido de corte das visitas, exigiu a apresentação de diploma de jornalista para que possa continuar exercendo a profissão e determinou o controle de corres-

pondências. Este é mais um golpe do regime para punir o editor do jornal "Nosso Tempo", preso desde 28 de setembro, condenado a um ano de prisão pela Lei de Segurança Nacional. Mazzarollo também pode sofrer nova condenação pela Lei de Imprensa.

(da sucursal)

Policiais apreendem jornais em S. Paulo

Uma nova violência contra a liberdade de imprensa ocorreu na manhã do dia 24 em São Paulo. Dois agentes da Polícia Federal, portando um telex do ministro da Justiça, Abi Ackel, apre-

deram 6 mil exemplares do jornal *Boa Tarde* em sua redação. Não foi dada nenhuma justificativa para o ato arbitrário. É mais um episódio instruído da "trégua" do general Figueiredo.

País protesta contra o arrocho do governo

Enquanto o general Figueiredo recusava-se a receber em Brasília, no dia 22, uma comissão de 13 dirigentes sindicais, na maioria dos Estados os trabalhadores saíam às ruas para repudiar a política econômica do governo. Estas manifestações marcaram o Dia Nacional de Luta Contra o Arrocho Salarial, dirigido pela Comissão Nacional Pró-CUT.

Como Figueiredo não recebeu os membros da Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores), os sindicalistas protocolaram um abaixo-assinado com mais de meio milhão de adesões colhidas em todo o país. E também o "Manifesto à Nação" (ver o box), em que exigem mudança imediata da política econômica do governo, particularmente o fim do decreto-lei do arrocho salarial e o combate ao desemprego. Junto com os sindicalistas estavam os deputados federais Djalma Bonn (PT-SP) e José Guedes (PMDB-MG).

Bem perto, na Praça do Povo, 500 populares realizaram sua manifestação, vigiados por três patrulhas da Polícia Militar e sob uma chuva fina. Falaram representantes dos sindicatos, entidades populares e partidos da oposição, entre eles o deputado Aurélio Peres, pelo PMDB.

5 MIL EM SÃO PAULO

Mais de 5 mil pessoas compareceram à Praça da Sé, carregando faixas e gritando palavras de ordem. E todos os oradores criticaram a falsa trégua de Figueiredo. "A melhor proposta de trégua é a saída imediata de Figueiredo do Palácio do Planalto" — afirmou Clara Araújo, presidenta da UNE. Wilson Rodrigues, metalúrgico desempregado, em nome dos 2 milhões de paulistanos sem emprego conclamou todos "a erguerem uma trincheira de luta contra este governo que afunda o país". Falaram representantes do PMDB, PT e PDT, e o PC do Brasil se fez presente com dezenas de bandeiras vermelhas carregadas por operários.

Estranhou-se a ausência de sindicatos importantes, como o dos Metalúrgicos de São Paulo,

Faixa no chão da Praça da Sé: em todo o país a greve geral foi proposta e empolgou.

envolvidos numa articulação das Federações. E também o sectarismo de membros da Pró-CUT Estadual, como Valdemar Rossi, que proibiu o representante do PTB de prestar apoio ao ato.

No ABC, o 22 de Março reuniu 600 pessoas e 21 sindicatos, frisando a necessidade da greve geral. Agenor Narciso, do Sindicato dos Químicos, perguntou, falando em nome da Intersindical: "Que trégua é essa do Figueiredo, se só no ABC

paulista tem mais de cem mil desempregados, onde o povo não tem moradia, onde há Lei de Segurança Nacional!" Ao final foi queimada uma bandeira americana, aos gritos de "FMI, fora daqui!"

PASSEATA NO RIO

Após um ato público na Cinelândia, centenas de trabalhadores cariocas foram em passeata até o Palácio da Guanabara, onde falaram com o secretário do governo, Cybilis Viana. Este garantiu que "o governo estadual apóia a luta árdua que os trabalhadores vêm mantendo".

Já em Volta Redonda os manifestantes lotaram o plenário da Câmara Municipal. Mas a sessão foi suspensa pelo vereador José Domingos, do PDS, e o local foi cercado por 60 soldados da PM.

MINEIROS COM TANCREDO

"Nossa presença aqui é um marco do posicionamento adotado pelo novo governador de Minas, que nos recebe abertamente, em um momento em que a classe trabalhadora se sente cada vez mais sacrificada" — disse Célio de Castro, do Sindicato dos Médicos, no dia 22, em Belo Horizonte. Tancredo Neves concordou com as reivindicações da Pró-CUT, enquanto fora do Palácio da Liberdade cerca de 700 populares liam o "Manifesto à Nação". Alguns adeptos do PT vaiaram o secretário do Trabalho do PMDB, Ronan Tito, sendo criticados pelo próprio deputado petista João Batista.

LUZ APAGADA NA BAHIA

"Ou pára o desemprego ou paramos o Brasil" — gritaram os mil manifestantes que foram ao Campo Grande, em Salvador. Desta vez o secretário de Segurança, coronel Bião, substituiu a costureira tropa de choque pela escuridão: mandou apagar toda a iluminação da praça. Ao encerrar o ato Nilson Bahia, membro da Pró-CUT Nacional, disse que "talvez a greve geral não tenha a força de derrubar o regime militar que nos infelicita. Talvez sejam necessárias outras armas".

UNIFICAÇÃO EM GOIÁS

O ato do dia 22 também, na prática, o movimento sindical

goiano. Sílvio Costa, do Sindicato dos Professores, afirmou no seu discurso que "as medidas do governo são para rebaixar os salários e elevar o desemprego. Quem lucrará serão os patrões, os credores da dívida externa, as multinacionais". O deputado Ivan Ornelas, do PMDB, denunciou o governo "que entrega as nossas riquezas e capitula diante do FMI".

GREVE NO AMAZONAS

No dia 22 os professores, servidores e estudantes da Universidade do Amazonas trocaram as aulas por debates e assembleias. E a Comissão de Defesa Salarial reuniu 2 mil pessoas, sindicatos, entidades populares num protesto.

CEARÁ SE MOVIMENTA

Pela primeira vez desde 1964 a Câmara dos Vereadores de Fortaleza recebeu e ouviu o protesto de sindicalistas. Os vereadores do PDS se retiraram do plenário, exceto dois, sendo que Aluísio Fontenele apoiou publicamente os trabalhadores. À tarde, 2 mil populares se reuniram na Praça José de Alencar. O governador, sob pressão, recebeu uma comissão sindical. Para Raimundo Guerreiro, do Sindicato dos Metalúrgicos, "os trabalhadores têm que se preparar e usar a greve geral para dobrar o governo, se não quisermos que joguem o peso da crise sobre nós e nossos filhos".

TEOTÔNIO NA PARAÍBA

"O Brasil vai parar por inteiro. Ou decreta a moratória de sua dívida externa ou jamais sairá do atoleiro" — disse Teotônio Vilela no protesto convocado pela Comissão Intersindical Única da Paraíba. Apesar de um forte temporal, o povo aglomerou-se no Ponto de Cem Réis, para ouvir o grande patriota: "Não temos nada a conciliar — disse Vilela, — O governo quer a conciliação para que as oposições não falem mais".

MACEIÓ

ENTERRA DELFIM

Um enterro simbólico de Delfim Netto foi o ponto alto da manifestação de 2 mil pessoas na capital alagoana convocada por 15 sindicatos, cinco associações e uma federação sindical. (das sucursais)

As mulheres participam da limpeza de um terreno invadido na Vila da Prata, em Manaus.

A luta por um pedaço de terra em Manaus

Sómente nos três primeiros meses deste ano já houve quatro grandes invasões de terrenos em Manaus, envolvendo cerca de 15 mil pessoas. O problema da posse da terra urbana é tão grave que o novo governador Gilberto Mestrinho foi saudado na sua posse com duas passeatas de posseiros do bairro da Chapada e São José, onde quase três mil famílias disputam um pedaço de terra.

Manaus teve um crescimento desordenado nos últimos anos, provocado pelo êxodo de milhares do campo para a cidade. As favelas se espalharam por todos os lados. Com este quadro a ocupação de terrenos vazios foi uma consequência. Essa situação não é nova, especialmente se levamos em conta que os maiores bairros da capital (Coroadó, Compensa I e II e Alvoradas) foram construídos a partir de invasões generalizadas.

CRONOLOGIA DAS INVASÕES EM 1983

A invasão do Japiim ocorreu em janeiro e envolveu aproximadamente 500 famílias. O prefeito João Furtado só aceitou receber uma comissão do bairro após a intervenção dos deputados Mario Frola e João Pedro e do vereador Lira, todos do PMDB. Na discussão o prefeito prometeu solucionar o problema. No bairro União a invasão teve início no final de fevereiro e continua se alastrando. O número de pessoas envolvidas é semelhante ao do Japiim. A polícia agiu com a violência habitual.

No bairro São José Operário existem dois mil lotes que há três anos esperam pela triagem. Cerca de 11 mil famílias estavam inscritas a espera de um lote. Mas em janeiro o povo ocupou o terreno e resolveu assentar por conta própria as mais necessitadas. Em pouco tempo os dois mil lotes estavam completamente tomados, com barracos levantados e uma constante mobilização para evitar especulações. Os posseiros aguardam o desenrolar das negociações que se processam entre uma comissão do bairro e o governador.

ORGANIZAÇÃO NA CHAPADA

A invasão da Chapada teve início também em março e contou com a presença de parlamentares comprometidos com os anseios do povo, notadamente o deputado estadual João Pedro. Durante a posse do novo governador eleito do PMDB os posseiros entregaram um manifesto. Mas pouco depois a polícia criou problemas aos posseiros.

A Associação do Bairro da Chapada (ABC), que congrega os moradores do bairro deu total apoio aos posseiros. José Barbosa, presidente da ABC, falando a TO, disse que esta situação ocorre

O povo continua a ocupar casas

Depois que o povo ocupou as casas do conjunto habitacional Centreville, no ABC paulista, em julho do ano passado, já houve várias outras ocupações. Neste início de ano 700 casas foram ocupadas em Lagamar, Fortaleza, 400 em Teresina, Piauí e em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, mais de 50 famílias ocuparam casas da Cohab.

A permanência das famílias em suas novas moradias tem sido possível devido a sua firme resistência e ao apoio que tem recebido da população e de parlamentares opositores. Numa assembléia realizada dia 17 de março pelos ocupantes do conjunto pro-Morar de Teresina, estiveram presentes os vereadores do PMDB. Este apoio foi importante porque o secretário de Segurança do Estado está ameaçando expulsá-los.

VITÓRIA PARCIAL

Em Ribeirão Preto a luta pela posse das casas da Cohab ainda não terminou, mas os moradores já obtiveram uma vitória parcial. Diante da mobilização da população, o juiz suspendeu a ação de despejo por 20 dias. Neste prazo, com a ajuda do deputado João Cunha e outros vereadores, os moradores tentarão solucionar o caso.

Na manhã do dia 17 de março o oficial de justiça, em companhia de 15 policiais tentaram iniciar a ação de despejo, mas os ocupantes não deixaram. O diretor da Cohab arrombou a porta de uma casa e iniciou o despejo. Quando a moradora chegou e viu sua casa sendo invadida teve um ataque nervoso e foi internada no hospital. Os vizinhos revoltados, cercaram o caminhão, furaram os pneus e colocaram os móveis de volta na casa.

No dia seguinte os moradores continuaram mobilizados até que o juiz decidiu suspender o despejo temporariamente. Foi feita uma assembléia com os ocupantes das casas e decidiu-se ir à prefeitura dia 21, mas o prefeito se negou a recebê-los.

porque "nós vivemos num regime onde o povo é o elemento menos considerado no processo social". (da sucursal).

Jornal faz denúncias e sofre processo na Bahia

O diretor do jornal mimeografado **O Posseiro**, editado em Santa Maria da Vitória, interior da Bahia, está sendo processado por se colocar ao lado das reivindicações do povo. Em sua edição de agosto de 1982, **O Posseiro** publicou a carta de um aluno que denunciava a diretora do colégio Polivalente de estar desviando material da escola. Esta denúncia foi o motivo do processo, mas a população está dando o seu apoio ao diretor Joaquim Lisboa Neto, através de um abaixo-assinado.

O Posseiro foi lançado em janeiro de 1979 com as metas de denunciar as mazelas do regime militar e as injustiças praticadas contra o povo. Dentro destes objetivos publicou a denúncia de um estudante do Colégio Polivalente contra sua diretora, Adir da França Rodrigues. Neste colégio os alunos cultivavam diversos tipos de hortaliças. A carta do estudante mostrava que a diretora e mais uma sócia "não fazem outra coisa nos dias de sábado e domingo a não ser encher as bacias e os baldes de pimentão, cenoura, tomate e levar para suas casas.

Essa feira ocorre geralmente quando não tem ninguém na escola".

A DIRETORA NÃO GOSTOU

A diretora, como era de se esperar, não gostou da denúncia publicada e procurou o diretor do jornal para que lhe dissesse quem era o autor da matéria. Joaquim não atendeu ao seu pedido.

Sete meses após a publicação da denúncia, o diretor do jornal recebeu a citação de queixa crime por causa da matéria do estudante, sob a alegação de cometer "infâmia, calúnia e difamação" contra Adir Rodrigues.

Falando à **Tribuna Operária**, o diretor Joaquim Lisboa Neto afirmou: "Isso nos deixa de certa forma em Estado de Alerta, pois supõe-se que atrás desse processo existe todo um exército de grileiros, pistoleiros e poderosos que massacram nosso povo diariamente. Essas pessoas não querem de forma alguma que seus assassinatos, roubos, etc. sejam levados ao conhecimento da opinião pública." (de Santa Maria da Vitória-Bahia)

Em Minas o protesto na escadaria do Palácio do Governo.

Manifesto da Pró-CUT

No ato do dia 22 foi lido em todo o país o Manifesto à Nação da Comissão Nacional Pró-CUT. Publicamos alguns trechos do documento:

"O presidente da República dá uma suprema demonstração de autoritarismo ao baixar, sem qualquer discussão, um decreto-lei (2.012) que reduz consideravelmente os índices de reajustamentos salariais.

O presidente propõe uma trégua ao Congresso Nacional. A trégua que a Nação deseja é a imediata retirada do decreto-lei do arrocho salarial. É o fim da submissão ao FMI e da atual política econômica. É a instituição do salário desemprego pago pelo governo e pelos patrões. É a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

É a revogação do decreto-lei que prejudicou os segurados da Previdência. É o atendimento das reivindicações dos funcionários públicos. É o fim da inflação, da Lei de Segurança Nacional. É a implantação de uma reforma agrária ampla, massiva e imediata. A trégua do trabalhador é o emprego, o salário e a possibilidade concreta de viver com dignidade num regime democrático.

É insuportável a situação. Não há mais como ignorar os reclamos do povo. A Nação está à espera de decisões firmes, capazes de debelar a crise. A perspectiva de continuar tudo como está é a certeza da intensificação da luta. Não haverá outra saída senão a delimitação de uma greve geral em todo o país.

Centro de Documentação da Fundação Maurício Grabois

A construção do metrô, que ameaça a segurança dos usuários

Inauguração do metrô carioca foi um fiasco

Como morador de Irajá, quero confirmar como totalmente verdadeira a notícia da **Tribuna Operária** sobre a inauguração criminosa da linha 2 do metrô, aqui no Rio de Janeiro. Tanto é verdade a denúncia desse combativo jornal, que no dia em que a obra ia ser inaugurada o metrô pifou.

Na programação oficial, a comitiva que reunia o general-presidente Figueiredo e os generais-ministros Rubens Ludwig, Otávio de Medeiros e Danilo Venturini deveria viajar de metrô até o final da linha, lá na estação de Irajá. Mas um curto-circuito na rede elétrica cortou o fornecimento de energia em quase todo o trajeto e a comitiva do governo não conseguiu passar da primeira estação na nova linha, em Maria da Graça, o que deve ter deixado "os homens" muito sem graça...

A versão oficial do governo para o fiasco é que ele foi provocado pelo choque de uma locomotiva com a rede aérea de energia. Mas todo mundo acha que o verdadeiro culpado é o próprio governo que inaugurou a linha às pressas e sem as mínimas condições, só para não subir no palanque com o governador Leonel Brizola. Por isso mesmo as associações de moradores dos bairros atingidos

receberam Figueiredo e o Ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, com uma manifestação de protesto segurando nas mãos exemplares da TO com a denúncia do metrô.

Depois, o governo tentou responder as acusações com uma nota oficial do metrô dizendo que "não houve pressa política nem irresponsabilidade". Mas a emenda acabou saindo pior que o soneto. Na nova inauguração, marcada para as 9 horas de 15 de março, deu defeito de novo e a linha só entrou em operação quase no meio-dia, com 3 horas de atraso.

Além da flagrante falta de segurança para a população, o serviço para o povo é péssimo. Ao contrário da linha de metrô do centro, a linha 2 não tem ar-condicionado e a gente tem de suportar um calor de 40° nas viagens. Por causa disso a linha já ganhou o apelido de "quentão". E como se não bastasse funcionarem apenas das 9 às 15 horas, fora do horário de trabalho, os trens atrasam por que só tem um funcionando. Pouco depois de inaugurado, o que se ouve por aí é que vai ter de quebrar tudo, como foi feito há 5 anos na Central do Brasil, para o serviço melhorar. (um morador de Irajá — Rio de Janeiro, RJ).

Direção da Comurg aluga máquinas a particulares

A Comurg, empresa responsável pela limpeza e conservação urbana de Goiânia, paga salários de fome a seus funcionários e obriga-os a se submeterem a péssimas condições de trabalho. Em situação infinitamente melhor vive a direção da empresa, que além de desfrutar de todas as mordomias possíveis, ainda aluga máquinas da firma para fazer trabalhos particulares.

O cinismo é tanto que eles retiraram o prefixo da máquina e até mandam mudar a pintura de veículos e tirar a placa para que estes não sejam reconhecidos. As máquinas que estão sendo utilizadas para serviço particular são: uma patroa, uma pá mecânica e uma camioneta.

Isso ocorre quando a maioria dos bairros periféricos está em péssimo estado de conservação. Mas a verdade é que ninguém se interessa por estes problemas. O governo do PDS está no fim e todos querem retirar fatia maior do dinheiro público, porque o tempo da roubalheira está ter-

minando. Existem hoje na Comurg 660 funcionários, sendo que 147 administrativos e 513 funcionários contratados e colocados a disposição de outros órgãos. Mas existem apenas 562 garis. Na seção de transporte, atualmente, existem 8 chefes, cujo trabalho poderia ser feito por 2 pessoas. E cada um deles ganha mais de cem mil cruzeiros.

O prefeito biônico Goianésio Lucas, esteve no local onde as máquinas da Comurg estavam trabalhando camufladas. Ou seja, ele sabe da história, mas nada faz para impedir que uma vergonha dessas aconteça.

O certo é que nós, funcionários da Comurg, não permitiremos que os ladrões do povo continuem pisoteando os operários. Na última greve mostramos nossa força diante da intransigência dos patrões e dos policiais. E nossa luta continuará firme e forte. (um operário amigo da TO — Goiânia, Goiás).

carta do Rio de Janeiro veio reiterar as denúncias que fizemos no nº 109 sobre o metrô. A inauguração da obra revelou que a construção foi apressada por motivos políticos, "para evitar que na inauguração o general presidente subisse no palanque com Brizola. Mas o tiro saiu pela culatra e o ato não passou de uma farsa. O metrô não andou e Figueiredo não conseguiu sair da primeira estação. O ato repetiu-se dias depois e o malogro também. Mas o metrô continua lá como uma ameaça à segurança dos usuários, com diversos defeitos que lembram os problemas da Central do Brasil...

Uma carta de São Bernardo também mostra que nosso jornal está chegando lá, contribuindo para trazer mais denúncias sobre a situação do

fala o POVO

operariado. Escreva, amigo leitor! De dentro da fábrica, para o jornal que defende seus interesses! (Olívia Rangel)

Francisco Taveira vivo e depois de trucidado pelos soldados da PM

PM trucidada e assassina trabalhador em Crato

O senhor Severino Taveira era um cidadão de bem, nunca andou armado nem deu entrada em delegacia de polícia. Vivia como fotógrafo em Juazeiro do Norte. Em agosto de 1982, foi ao casamento de uma parenta no vizinho município de Crato e, na volta, teve um desentendimento com o senhor Vicente da Penha ou Vicente da Norguaçu. Para defender-se, fez uso de uma pedra, chegando a atingir a cabeça de seu rival.

No último dia 5 de março, às 15 horas, quando ia pela Avenida Ailton Gomes fazer entrega de uns retratos, foi abordado por dois policiais, que deram busca de armas e ordem de prisão. Ele foi imediatamente algemado e forçado a entrar em um Fiat vermelho, sem placa, em cuja direção estava o dito Vicente da Penha, que também se dizia policial. Os seqüestradores rumaram em direção ao Crato. Durante todo o percurso torturaram e açoitaram a vítima, cujos gritos de dor foram ouvidos por inúmeras pessoas. Os soldados, poste-

riormente identificados como Campos e Chicão, da PM, foram até a serra do Araripe, onde soltaram a vítima, que saiu correndo sendo então alvejada com vários tiros.

Os familiares durante 5 dias procuraram o parente desaparecido. Mas o próprio delegado de Polícia, Tenente Tavares, não colaborou na busca da vítima, dizendo para os familiares: "Aposto meu cargo como o Taveira está vivo". Inclusive tinha conhecimento dos autores do crime, mas não puniu seus comandados.

Depois de 5 dias o cadáver foi encontrado por um colhedor de pequenas nas matas da serra. Estava completamente deformado, com os olhos, o couro cabeludo e o couro dos pés arrancados, além de castrado. Diante deste crime bestial cometido por soldados da PM, toda a população de Crato e Juazeiro do Norte está revoltada, exigindo punição dos criminosos. Um colaborador da TO no Cariri — Ceará)

Flagelado passa fome e prefeito só recebe rico

No dia 19 de dezembro do ano passado, aproximadamente 350 homens, levados pela fome e o desespero, tentaram saquear o supermercado **Cemil Ltda.** Mas o dono, avisado com antecedência, fechou suas portas e entregou aos flagelados 6 sacos de farinha, 3 de feijão e umas latas de óleo.

Não satisfeitos, deixaram o mercado e rumaram para o posto de saúde onde arrebentaram as portas. Não encontrando nada, dirigiram-se à Merenda Escolar e frustraram-se mais uma vez. Restara então só a feira livre. Pegaram o que encontraram. E enquanto recebiam ajuda dos comerciantes, o prefeito veraneava, muito despreocupado com os problemas do município.

No dia 21 deu outra demonstração de

sua "preocupação" com os problemas municipais, quando se negou a atender 60 mães de família, mandando avisá-las de que nada poderia fazer. Esse mesmo prefeito estava com uma ambulância parada desde o mês de setembro, por ter emprestado os 4 pneus a um cabo eleitoral de seu partido, o PDS. Fica então a população impedida de transportar qualquer doente para o hospital do município que dista 30 kms da cidade.

Quem o conheceu no período eleitoral nota agora uma mudança brusca em seu comportamento. Hoje não recebe pobre e diz querer que todos morram de fome. Sua principal ocupação enquanto prefeito é gozar o humilde PMDB da cidade. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jussara, Bahia).

Povo de Camaçari quer prefeito eleito

O bairro Nova Aliança (Phoc I, II e III) foi criado para atender aos migrantes que vieram construir o Polo Petroquímico de Camaçari e as famílias de baixa renda. Segundo o projeto, deveria ser um dos bairros mais bem estruturados do município, já que a prefeitura de Camaçari é a que mais arrecada em todo o Norte e Nordeste.

Deveríamos ter aqui as condições dignas de moradia necessárias a um povo. O que vemos é o contrário. Em nosso bairro falta tudo: habitação, serviço de esgoto, calçamento, transportes coletivos, postos médicos funcionando regularmente, coleta de lixo, etc. Entretanto o problema mais sentido é o da falta de habitação porque grande parte do bairro foi conquistado pelo povo na base das "invasões". A maioria da população é formada por operários da construção

civil e suas famílias estão jogadas nos "lotes" e em barracos de papelão e flandres.

O prefeito biônico, capitão Humberto Elery, antes das eleições iniciou num trabalho eleitoral o calçamento de ruas abandonando o em seguida sem terminar, o que causou sérios transtornos à população do bairro. Tudo isto mostra a necessidade de nos unirmos e expulsarmos este prefeito corrupto e antipopular de Camaçari. Devemos lutar por eleições diretas para prefeito, bem como nos organizarmos em nossa Associação de Moradores e lutarmos por melhorias para o bairro. (grupo de apoio da TO no Phoc II — Bairro Nova Aliança — Camaçari, Bahia).

Patrão da Enco no ABC paulista só anda armado

A **Tribuna Operária** tem publicado fortes denúncias contra a Volkswagem de São Bernardo do Campo que servem para mostrar como os operários são tratados em todas as fábricas do país. Recentemente o Suplemento Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos divulgou uma notícia que também ilustra como funciona uma empresa capitalista.

Na **Enco**, uma média metalúrgica da região, o proprietário da firma, Istevan Zolcsak, o Estevão, passou pela serralheria da empresa e viu uma peça que tinha acabado de ser soldada. Ele não gostou do serviço e para mostrar seu poder reuniu em torno da peça cinco chefes de seção. Quando todos estavam aten-

tos o Estevão desabotou a braguilha e urinou na peça, dizendo que é assim que se deve fazer com o serviço mal feito.

Estevão sempre foi um fascista. Ele anda armado, com um 38 cromado. Costuma treinar tiro-ao-alvo no fundo da mecânica para amedrontar os operários. Há pouco tempo ele andou ameaçando de dar um tiro no chefe da mecânica, o Martins, que trabalhava há onze anos na Enco. O Martins soube e foi tirar satisfações, sendo depois demitido. A **Tribuna Operária**, um jornal a serviço das lutas dos trabalhadores, precisa continuar denunciando safadezas como esta. (um metalúrgico desempregado do ABC paulista).

Comerciário perseguido por defender categoria

No dia 23 de fevereiro houve assembléia da campanha salarial dos comerciários, com a eleição da comissão de negociação, na qual eu fui eleito. Eu estava de férias e voltaria a trabalhar dia 24. Como já é prática em todas as categorias, chegando ao trabalho recebi o aviso prévio.

No dia 25 houve a reunião com os patrões, onde, apesar da pouca mobilização da categoria, tive uma participação boa, encostando na parede do patrão-mor dos comerciários, o deputado federal pelo PDS, Nilton Veloso. A minha situação foi colocada porque a estabilidade provisória por seis meses aos membros da comissão era garantida no acordo. Os patrões concordaram, mas foi uma discussão dura, pois a situação não nos era favorável. E acabamos por fazer um acor-

do pior que o de 1982.

Quando voltei ao trabalho recebi o comunicado do gerente de minha loja de que os patrões iriam rasgar meu aviso prévio. Com isto passou a semana sem nenhuma solução e aí recebi o comunicado da diretoria do sindicato que o acordo não foi assinado. Isto porque os patrões queriam a retirada do meu nome da comissão, com o que não concordou a diretoria do sindicato, por considerar uma questão de princípios.

O motivo claro para esta decisão patronal é minha participação ativa na greve de 1979. Fui inclusive membro do comando de greve. O mais importante é que este fato não me intimidou. Pelo contrário, me deu mais força na luta por uma sociedade mais justa. (I.A.L. — Belo Horizonte, Minas Gerais).

Ditadura uruguaia tortura opositoristas

Assisti um filme sobre o presidio feminino de Punta de Rieles, no Uruguai, e ouvi uma ex-presa política falar sobre as violências e arbitrariedades que tem sido vítima o povo uruguaio. Achei que os leitores desse jornal gostariam de saber o que se passa nesse país, principalmente porque entre as vítimas da violência ditatorial uruguaia encontra-se um ex-sindicalista gaúcho, com graves problemas de saúde.

Há atualmente presos no Uruguai 1.300 patriotas, 1.150 homens no presidio Libertad e 150 prisioneiras em Punta de Rieles. A cooperação entre as ditaduras militares na América Latina também se faz sentir no Uruguai. Dos 150 presos uruguaiois desaparecidos, 110 foram "desaparecidos" em território argentino.

Os desmandos da ditadura fascista uruguaia chegam ao absurdo de pedir a completa libertação do preso, após o cumprimento da pena, exigindo que o mesmo pague sua "manutenção" durante o tempo em que esteve aprisionado,

quantia esta que gira em torno de 500 mil cruzeiros!

Liberdade e Punta de Rieles são verdadeiros campos de concentração. Os presidiários são submetidos a trabalhos forçados na lavoura das 6 da manhã às 6 da tarde. Nem os velhos nem os doentes são dispensados. Durante esses trabalhos, bem como durante as visitas, cada preso é vigiado por um guarda. Os familiares, inclusive as crianças, são submetidos a rigorosa revista. E só podem ver os rostos dos parentes através de vidros. Eles são obrigados ao banho frio diário, num país onde a temperatura, no inverno, atinge vários graus abaixo de zero.

Mas apesar disso o povo uruguaio resiste, mesmo com entidades como a Central dos Trabalhadores na clandestinidade. E exige anistia ampla e irrestrita para todos os presos e perseguidos políticos no Uruguai e no exílio e a convocação de uma Constituinte eleita pelo povo. (C. — São Paulo, SP).

Parreira é mais uma brincadeira dos cartolas

Carlos Alberto Parreira é o novo técnico da seleção brasileira de futebol. Juntamente com Gilmar dos Santos Neves, goleiro da seleção nos anos 50 e 60, Admildo Chirol e o médico Arnaldo Santiago, que completam a comissão técnica, Parreira buscará recuperar o prestígio de uma escola de futebol que desde 1970 não ganha um título importante.

Como em telenovela que chega aos últimos capítulos, aconteceu o que todos previam na escolha do técnico que sucederá Telê Santana no comando do selecionado nacional. Parreira foi contemplado, após intensa e concorrida expectativa, com o cargo mais cobiçado por todos os profissionais do ramo. Justamente ele que, entre todos os candidatos, reunia a menor bagagem e a mais restrita e duvidosa experiência neste frágil e polêmico encargo.

Carlos A. Parreira, do Kuwait para a seleção tri-campeã.

A certeza da sua indicação convenceu a todos, principalmente quando, dias antes do anúncio oficial, Gilmar foi convidado para ocupar a supervisão da comissão técnica. Com isso ficou clara a manobra dos cartolas da CBF que pretendiam amortizar as críticas da imprensa paulista, que inevitavelmente surgiram com vigor. Assim, para entronizar um afilhado, Giulite e Boueri não se constrangeram em entregar um cargo de importância na seleção a um homem que, a despeito de sua valiosa vivência no futebol, confessa que há muito tempo não comparece a um estádio sequer como torcedor.

Parreira nunca jogou bola na vida. Iniciou sua carreira como preparador físico do São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e dirigiu em seguida a seleção de Ghana. Retornou ao Brasil como auxiliar de Chirol, a quem agora comandará, na seleção campeã de 70. Teve uma curta passagem pelo Fluminense, quando ganhou o campeonato carioca de 73, e foi para o

Kuwait, de onde só retornou no ano passado, após a disputa da Copa.

Por incrível que possa parecer, Parreira será "testado" na seleção, tanto assim que o seu contrato tem duração prevista de apenas dois anos. O "futebol arte", "a grande escola brasileira", e quantos adjetivos mais quiserem, terá na sua direção um técnico em fase de experiência. Em substituição a Telê, que não soube trazer o "caneco", entra aquele que ganhou a vaga do Golfo Pérsico para o temível Kuwait. Sorte nossa, que por pouco não teríamos um aiatolá comandando o canarinho.

Rubens Minelli, Evaristo Macedo, Mário Travaglini, Formiga e Carpegiani, que vivem o futebol desde as divisões infantis, conhecem todas as mununhas escondidas dentro das quatro linhas e, colecionadores de títulos e vitórias importantes, ficam como torcedores. Esperando que a conquista de um campeonato na Bessarábia os credencie junto à CBF.

(J. Madureira)

Homenagem baiana ao Major Cosme de Farias

No dia 15 de março completaram-se 14 anos da morte de um dos maiores batalhadores pela causa do povo baiano, o conhecido Major Cosme de Farias. Ele foi fundador da Liga Baiana Contra o Analfabetismo, em 1915, que ainda hoje existe, e do Centro Operário da Bahia, além da Associação de Funcionários Públicos do Estado.

Enquanto é lembrado pelo povo, seu nome é esquecido de maneira vergonhosa pelos governantes, inclusive a prefeitura e o governo do PDS. O ex-governador Antônio Carlos Magalhães e seu prefeito cortaram os subsídios para a manutenção da Liga Contra o Analfabetismo.

O velho Major faleceu aos 96 anos, exercendo seu man-

dato de deputado estadual. Nasceu em São Tomé de Paripe, subúrbio de Salvador, de família humilde. Desde menino trabalhou, e só fez curso primário. Esta origem ele carregou pelo resto da vida.

Foi repórter policial, rábula (advogado que não se formou na faculdade), vereador por cinco vezes, e deputado por outras cinco. Cosme de Farias advogava sem nunca abrir o Código Penal. Apenas contava estórias parecidas com o caso de seu réu, de modo que o júri entendesse a situação em que houve o crime, e absolvesse o acusado.

Na política, foi correligionário do governador J.J. Seabra, e lançou Otávio Mangabeira ao Senado (depois, Mangabeira foi também governador). Seabra caiu no golpe de Estado de Getúlio Vargas. Os que apoiavam o governador passaram-se para

o lado dos golpistas, na sua maioria. O governador deposto chamou o fiel Major Cosme e, abrindo uma champagne, brincou: "Enquanto os milionários me traíram, o mendigo ficou comigo".

Após o golpe de 1964, o Major Cosme foi procurado em casa para filiar-se à Arena. Sua resposta: "A Arena é um partido de coronéis. Eu, como simples major, ficarei do outro lado".

AGUARDENTE JACARÉ

Cosme de Farias era também escritor e trovador. Escreveu "Lama e Sangue", abordando o terror contra o povo implantado no governo de Antônio Calmon. Admirava Castro Alves, de quem recitava versos. Boêmio, sua bebida preferida era o famoso "Cinzano com a aguardente baiana chamada Jacaré".

O major é nome de um bairro em Salvador, de escolas em São Paulo, Brasília e Bahia. Sua Liga Baiana Contra o Analfabetismo é mantida com pequenos subsídios federais e, principalmente, pelo vereador Antônio Pinto, do PMDB, que trabalhou desde os 13 anos de idade com o Major e é seu herdeiro político.

"O que me marcava mais no Major era a sua simplicidade e humildade", comenta Antônio Pinto. Ao morrer, Cosme de Farias pediu que nem o governo do Estado, nem a Assembléia, Prefeitura ou Câmara pagassem o seu enterro: "Quero ser sepultado em cova rasa, num caixão de terceira classe".

O Major Cosme, cuja patente foi apresentada na época em que elas eram vendidas pela então Guarda Nacional, lutou até o fim da vida pelos seus ideais, pelo povo oprimido e pela libertação da pátria. Deixou um exemplo que mostra a sua incansável batalha: em 1971, um ano antes de morrer, como deputado do MDB apresentou sozinho mais proposições do que os outros 56 membros da Assembléia Legislativa. (Luís Sérgio Rocha, de Salvador).

Major Cosme, batalhador do povo baiano

UM BRADO DE DOR

Naquela noite o movimento estudantil carioca não dormiu. A cada minuto chegavam mais jovens para velar o corpo de seu companheiro, que ficou na Cinelândia, no prédio onde hoje funciona a Câmara Municipal. Ao amanhecer, já eram muitos milhares. E durante todo o dia a multidão foi engrossando, até tomar toda a praça, enquanto os discursos se sucediam, inflamados, denunciando aquele e tantos outros crimes da ditadura.

Já caía a tarde do dia 29 quando uma massa impressionante, de mais de 50 mil pessoas, acompanhou o corpo de Edson Luís até o cemitério de São João Batista, distante vários quilômetros. Já não eram só estudantes mas também trabalhadores, comerciantes, bancários, donas-de-casa, despertados pelo brado de dor e revolta da juventude. Quando a noite chegou de vez, comerciantes sensibilizados pelo acontecimento cederam as velas que iluminavam o cortejo. Dos prédios, durante o trajeto, chovia papel picado e lágrimas. Engrossava o coro: "Ditadura assassina!"

Quinze anos se passaram. E perdeu-se a conta dos jovens como Edson Luís que a ditadura abateu a tiro ou matou na tortura. Mas a juventude dos anos 80 sempre encontra quem lhes conte estas histórias. Ela carrega, a bandeira tingida com o sangue de Edson Luís.

Já à venda a Princípios n.º 5

Artigos de João Amazonas, Jaime Saatchuk, Fábio Campana, entrevista com Stálin, entre outros assuntos na nova edição de Princípios.

Pedidos para a Editora Anita Garibaldi Ltda — Rua Major Quedinho, 300, sala 3, São Paulo, SP; CEP 01050; fone 37-7298. Envie um cheque nominal de 400 cruzeiros à editora e receba seu exemplar à domicílio.

Marx organizador dos operários

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA CEM ANOS DEPOIS DE MARX

Karl Marx sempre defendeu que para realizar seus objetivos revolucionários o proletariado deve constituir-se em força política independente, e organizar o seu partido de vanguarda, comunista. No Manifesto do Partido Comunista ele indica que "os comunistas constituem a fração mais resoluta, mais avançada de cada país, a fração que arrasta todas as outras; na teoria, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário".

LIGA DOS COMUNISTAS

Com esta preocupação, já em 1846 Marx participa na Bélgica de um Comitê Internacional Comunista de Correspondência, com a finalidade de discutir os problemas da teoria revolucionária e da propaganda socialista, além de manter o contato entre os revolucionários dos diferen-

tes países. Em 1847 trabalhou junto com a organização denominada Liga dos Justos, fundada em Paris para defender o socialismo, mas ainda com concepções idealistas. Destes contatos resultou a transformação da organização em Liga dos Comunistas, que abandonou seu lema inicial — "todos os homens são iguais" — pelo brado revolucionário — "proletários de todos os países, uni-vos!"

Em 28 de setembro de 1864, numa grande assembleia realizada em Londres, com representantes operários de vários países, foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores, que ficou conhecida como a I Internacional. Karl Marx foi seu principal dirigente.

No manifesto de fundação da Internacional, Marx assinala que a classe operária tem um elemento básico para a vitória, que é o número. Mas que se não está unido, organi-

zado e orientado pela teoria, o número não pesa na balança.

Dois grandes batalhas foram essenciais para manter o caráter revolucionário da I Internacional: contra os dirigentes das grandes organizações sindicais, que rejeitavam a luta política e pretendiam que o movimento operário se limitasse às reivindicações econômicas e contra os anarquistas, que negavam a ditadura do proletariado e a organização consciente e disciplinada da classe operária.

Neste período, devido ao pequeno grau de organização do proletariado, a Internacional era constituída não só por partidos políticos operários dos diversos países, mas também por organizações sindicais, grupos de propaganda e de educação de operários e até mesmo por adesões individuais onde o movimento estivesse menos estruturado.

"O CEU DE ASSALTO"

Sob direção de Marx, a Internacional procurou apoiar e organizar o movimento grevista em diversos países da Europa e elevar o nível de consciência da classe operária. Em 1871, com a revolução proletária da Comuna de Paris, esta organização participou ativamente, apesar de não ter condições de se constituir em direção hegemônica do movimento. Embora considerando precárias as condições para a classe operária empregar o poder, Marx saudou o heroísmo dos comunistas que, segundo ele, "ousavam tomar o céu de assalto".

Com a derrota da Comuna, o movimento operário passou por um período de grande dificuldade, submetido em toda a Europa a uma repressão implacável. A Internacional teve grande parte de suas seções desmanteladas e terminou por se dissolver. A segunda Internacional só foi fundada em 1889, e a terceira em 1919, nomeada Fundação Maurício Grabois.

Os fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

TRIBUNA OPERÁRIA

Endereço: Travessa Brigadeiro Luiz Antônio, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 001). Telex: 01132133 TLOP BR

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffly, Olívia Rangel.
Sucursais:
ACRE: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900.
AMAZONAS: Rua Simon Bolívar, 231-A (Praça da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Manaus — CEP 69000.
PARÁ: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — Belém — CEP 66000.
MARANHÃO: Rua do Machado, 174 — Centro — São Luiz — CEP 65000.
PIAUI: Rua Simplicio Mendes, 150, sala 7 — Teresina — CEP 64000.
CEARÁ: Rua do Rosário, 313, sala 206 — Fortaleza — CEP 60000. Avenida Dom José, 1236 — sala 4 — Sobral — CEP 62100.
RIO GRANDE DO NORTE: Rua Fonseca

e Silva, 1098 — sala 102 — Alecrim — Natal — CEP 59000.
PARAIBA: Rua Padre Meira, 30, sala 108 — Centro — João Pessoa — CEP 58.000. Rua Venâncio Neiva, 318 — 1º andar — Campina Grande — CEP 58.100.
PERNAMBUCO: Rua 7 de Setembro, 42, 7º andar, sala 707 — Boa Vista — Recife — CEP 50.000. Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 — Guaranhuns — CEP 55.300.
ALAGOAS: Rua Cincinato Pinto, 183 — Maceió — Centro — CEP 57000.
SERGIPE: Rua João Pessoa, 299, sala 28 — Aracaju — CEP 49.000.
BAHIA: Rua Senador Costa Pinto, 845 — Centro — Salvador — CEP 40.000. Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101 — Feira de Santana — CEP 44100. Rua Corpo Santo, 32 — Bairro dos 46 — Camaçari — CEP 42800. Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204 — Itabuna — CEP 45000.
MINAS GERAIS: Av. Amazonas, 491, sala 817 — Centro — Belo Horizonte — Tele: 224-7605 — CEP 30.000. Rua do Contorno Rodoviário, 345/355 — Contagem — CEP 32000. Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 — Juiz de Fora — CEP 36100.
GOIÁS: Av. Anhangüera, 5.001, sala 1.305 — Centro — Goiânia — CEP 74.000.
DISTRITO FEDERAL: Ed. Goiás, sala 322 — Setor Comercial Sul — Brasília — CEP 70317. CEP 70.317.

MATO GROSSO: Rua Comandante Costa, 548 — Cuiabá — CEP 78000 — Tels: 321-5095 e 321-9095.
ESPIRITO SANTO: Rua General Osório, 127, sala 908 — Vitória — CEP 29.000.
RIO DE JANEIRO: Rua São José, 90, sala 2208 — Centro — Rio de Janeiro — CEP 20.000. Rua Carvalho de Souza, 155, Loja F — Madureira — Rio de Janeiro — CEP 20.000. Av. Amarel Peixoto, 370, sala 807 — Centro — Niterói — CEP 24.000. Rua Nunes Alves, 40, sala 101 — Centro — Duque de Caxias — CEP 25.000. Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 — Centro — Nova Iguaçu — CEP 26.000.
SÃO PAULO: Rua Jurubatuba, 1.716, sala 9, 1º andar — São Bernardo do Campo — CEP 09.700. Rua Santa Catarina, 38, sala 303 — São Caetano do Sul — CEP 09.500. Rua Professor Luis Rosa, 94 — Campinas — CEP 13.100.
PARANÁ: Av. Winston Churchill, 2030, sala 3 — Pinheirinho — Curitiba — CEP 80.000. Rua Serpente, 891, salas 7 e 8 — Londrina — CEP 86.100.
RIO GRANDE DO SUL: Rua General Câmara, 52, sala 29, Centro — Porto Alegre — CEP 90.000. Rua Dr. Montaurio, 658, 1º andar, sala 15 — Caxias do Sul — CEP 95.100.
A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Impressa na Cia. Editora Jorjús, rua Gastão da Cunha, 49 — Fone: 531.8900 — São Paulo — SP.